

Representações sobre o ensino de História na Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro^I

Décio Cardoso Reis^{II}

Resumo: Este artigo apresenta os primeiros resultados da pesquisa exploratória em termos de revisão da literatura e, também, da incursão pelas páginas da revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB) em busca de representações sobre o ensino de História no século XIX. O trabalho faz parte da agenda de pesquisas do grupo liderado pelo professor Itamar Freitas e está inserido no programa de Pós-graduação de Educação da Universidade Federal de Sergipe (PPGED). Como toda pesquisa nasce de uma questão, interrogamos: Que tipo de orientação o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB) imprimiu sobre o ensino de história por meio da sua Revista no período de 1839-1889?

Palavras-chave: Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro; Ensino de História; Instituto Histórico Geográfico Brasileiro.

Representations on the teaching of History in the Brazilian Geographic Historic Institute's magazine

Abstract: This article represents the first results of exploratory research, literature review, and direct examination of the Brazilian Geographic Historic Institute's magazine (BGHI), searching for representations of the History teaching in the 19th century. The work is part of the group's research schedule led by Professor Itamar Freitas and it is inserted in the program of postgraduate Education at the Federal University of Sergipe (PPGED). As every research effort is born from a query, we question: What kind of orientation did the Brazilian Geographic Historic Institute (BGHI) issue to the History teaching by means of their magazine in the period from 1839 to 1889.

Keywords: Brazilian Geographic Historic Institute magazine; History teaching; Brazilian Geographic Historic Institute.

Artigo recebido em 12/09/2018 e aceito em 02/10/2018

REPRESENTAÇÕES SOBRE O ENSINO DE HISTÓRIA NA REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO GEOGRÁFICO BRASILEIRO

DÉRCIO CARDOSO REIS

Introdução

Após a mudança de orientador no mestrado, no programa de Pós-graduação de Educação da Universidade Federal de Sergipe (janeiro de 2008), reuni-me com o professor Itamar Freitas para tomarmos um novo rumo na pesquisa. Decidimos trabalhar com representações^{III} dos historiadores sobre o ensino de história, com foco nos membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e na produção da Revista da Instituição. Como toda pesquisa nasce de uma questão, interrogamos: Que tipo de orientação o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB) imprimiu sobre o ensino de história por meio de sua Revista no período de 1839-1889?

O trabalho faz parte da agenda de pesquisas do grupo liderado pelo professor e, de certa forma, dá continuidade à dissertação de Aaron Sena Cerqueira Reis, intitulada Ensino de história no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: as ideias de Agostinho Marques Perdigão Malheiro Filho (1850) e Américo Brasiliense de Almeida e Mello (1876), que foi defendida por esse mesmo programa, no ano 2013. A diferença entre essa pesquisa e a efetuada por REIS está nas fontes: Sena explorou as atas dos IHGB e os pareceres de recepção de sócios e o nosso trabalho explora os artigos da Revista.

Neste texto, apresentamos os primeiros resultados da pesquisa exploratória em termos de revisão da literatura e, também, da incursão pelas páginas da revista em busca de representações sobre o ensino de História no século XIX. Ao final, apresentamos os novos passos que seguiremos na construção da dissertação.

A Historiografia sobre as relações entre o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e o objeto ensino de história

Um dos caminhos para conhecer as representações dos historiadores do IHGB sobre o ensino de História é o exame da relação entre a instituição e as ideias e práticas designadas como “instrução”, “educação”, “formação”, “estudo”, “aprendizado”, e “transmissão”^{IV} de conhecimentos sobre o acontecido, colhidas pelos historiadores do ensino de História nas últimas duas décadas. Por isso inventariamos artigos de revistas, dissertações e teses ou que exploram esses dois objetos simultaneamente.

Para execução da tarefa empregamos uma ficha constituída pelos seguintes indicadores: autor, título, gênero textual, questão/objeto, tese, interpretação e indicador. De um total de 630 artigos sobre o IHGB, colhidos junto as revistas Qualis A1, A2, B1, B2 e, ainda, as duas revistas especializadas em ensino de História – *História Hoje* (Associação Nacional de História) e *História e Ensino* (Universidade Estadual de Londrina), depois de feita a pesquisa com as palavras chaves: IHGB e ensino, restaram 18 artigos. Já a pesquisa no banco de dados da CAPES resultou no total de 31 arquivos, informando que alguns textos não estão disponíveis na plataforma, desse total restaram 3 dissertações e uma tese. Esse trabalho resultou em 22 fichas armazenados em banco de dados Access, entre o mês de abril e início de maio. Após a nossa classificação e interpretação das fichas, concluímos, inicialmente, que grande parte dos autores afirmam que o IHGB foi responsável pelo ensino de história no período abordado porque parte de seus membros eram professores, principalmente do Colégio Pedro II ou

REPRESENTAÇÕES SOBRE O ENSINO DE HISTÓRIA NA REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO GEOGRÁFICO BRASILEIRO

DÉRCIO CARDOSO REIS

autores de livros didáticos de história. Informação totalmente inversa da que nós obtivemos na leitura da Revista do Instituto.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro foi criado em 21 de outubro de 1838 no bojo do ambiente cultural europeu-americano das primeiras décadas do século XIX. Vale lembrar que sua criação ocorreu dezesseis anos após o rompimento político com Portugal. Segundo Lucia Maria Paschoal Guimarães no texto *O periódico de uma Sociéte savanté: a Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (1839-1889)* o IHGB tinha como meta dotar o país de um passado único e coerente. A instituição foi estabelecida na Cidade do Rio de Janeiro, tinha como uma das principais finalidades: reunir, organizar, publicar ou arquivar os documentos necessários para a história e a geografia do Império brasileiro. Sua organização tomou como modelo o Instituto Histórico de Paris fundado em 1834.

O IHGB dos seus 27 membros iniciais, 12 eram conselheiros de Estado – deste grupo, 7 eram também senadores –, 1 era exclusivamente senador, 3 eram professores (2 do recém-fundado Colégio Pedro II e 1 da Academia Militar. Também havia ainda outros membros ligados à burocracia estatal: desembargadores, funcionários públicos, militares. Portanto, em sua grande maioria os fundadores do IHGB, exerciam funções dentro do aparato do Estado. Ou seja, o perfil de seus membros originários era da burocracia estatal, vinculados com a ordem que simbolizavam. (CALLARI, 2001)

Tinha também como objetivo como declara Aaron Sena Cerqueira Reis em sua dissertação de mestrado intitulada *Ensino de história no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: as ideias de Agostinho Marques Perdigão Malheiro Filho (1850) e Américo Brasiliense de Almeida e Mello (1876)* proporcionar a centralização de conhecimento a respeito das províncias para consolidar o Estado Nacional. REIS aponta também a intensa relação no seu início com a agremiação francesa que objetivava a construção da imagem de um Brasil avançado face a civilização francesa nos trópicos. Sua historiografia estava afiliada aos interesses políticos monárquicos.

Um ano após sua criação surgiu sua Revista, essa primeira edição foi formada pelos fascículos relativos aos quatro trimestres do exercício de 1839. Ela teve mudanças em sua ordem de periodicidade: trimestral, semestral, anual e trimestral, mas não deixando de ser publicada. “*O número de lançamento da Revista seguia mesma a organização do periódico francês: publicava transcrições de fontes históricas, trabalhos redigidos por sócios, além dos diplomas legais do Instituto e dos discursos dos seus fundadores*”^V. A Revista também continha um texto de Januário da Cunha Barbosa, um dos fundadores, e então primeiro secretário do IHGB.

As instruções de Januário contemplavam: biografias de brasileiros ilustres; cópias autênticas de documentos e extratos de notas pesquisadas em secretarias, arquivos, cartórios civis e eclesiásticos; notícias de costumes indígenas, lendas, sua catequese e civilização; descrições do comércio interno e externo das Províncias, seus principais produtos, rios, montanhas, campos, portos, navegação e estradas; fundação, prosperidade e ou decadência de vilas, arraiais e suas populações. Mais do que uma aula, o ensaio propunha de um amplo programa de investigação documental.^{VI}

No período de análise de 1839 a 1889, a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro publicou 52 tomos, totalizando um total de 81 volumes regulares, além de dois suplementares, um editado em 1848 e o outro em 1888 dedicados respectivamente, à memória do príncipe de D. Afonso herdeiro da coroa brasileira e ao

REPRESENTAÇÕES SOBRE O ENSINO DE HISTÓRIA NA REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO GEOGRÁFICO BRASILEIRO

DÉRCIO CARDOSO REIS

jubileu de ouro do Instituto. Até o tomo 25 publicado no ano de 1862, ela teve numeração singular. A partir do tomo 26 dividiu-se em duas partes. A primeira designava à reprodução de documentos relativos a história do Brasil, enquanto que a segunda parte era destinado para a publicação de artigos e estudos, assim como documentos referentes ao funcionamento do Instituto. A quantidade de páginas variava bastante de uma edição para outra, de trezentas a mil páginas. A organização dos números fica a cargo do Secretário do IHGB, qualquer colaboração para revista passava, inicialmente, pelo crivo da comissão de História e Geografia e de Etnografia, que começou a funcionar a partir de 1851.

Os autores Renilson Rosa Ribeiro, Halferd Ribeiro Júnior e Mairon Escorsi Valério no texto *O "legado" da aprendizagem histórica: refazendo percursos de leituras*. Afirmam que as publicações acadêmicas sobre a história ensinada no Brasil, surgiram no contexto cultural e sociopolítico muito particular para os profissionais da História, no final dos anos 1970 e início dos 1980. Mas não se pode ignorar que antes desse período o ensino de história foi instrumento de reflexões acadêmicas e intelectuais no Brasil.

De um modo bem genérico, sem a pretensão de deter-nos nesta questão, é preciso observar que o ensino de história foi objeto de reflexão e análise desde meados do século XIX quando a construção do estado-nação exigia uma narrativa histórica capaz de produzir uma identidade nacional. Uma das principais características daqueles que tinham o ensino de história como objeto de estudo, reflexão e análise estava no fato de serem ao mesmo tempo pesquisador e professores. A relação simbiótica entre o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e o Colégio Pedro II evidencia o lugar de autoridade do professor-pesquisador. Nomes como Joaquim Manuel de Macedo e Capistrano de Abreu apontam para essa característica do professor-pesquisador^{vii}.

Claudia Regina Callari no seu texto intitulado *Os Institutos Históricos: do patronato de D. Pedro II à construção do Tiradentes*. Informa que os institutos históricos e geográficos tiveram como pioneirismo a coleta e organização da documentação histórica, em pesquisas geográficas e em estudos etnográficos e linguísticos. Portanto, foram responsáveis “*pela produção de um saber na própria época em que a separação entre campos diversos do conhecimento estava se delineando e que a história reivindicava para si um estatuto científico, alicerçado em sólida pesquisa documental*”^{viii}. O IHGB tornou-se uma instituição pioneira e estável com forte patrocínio oficial e ingerência pessoal do Imperador D. Pedro II, nos seus primeiros 50 anos. Para CALLARI, o IHGB como instituição estabelecida e nacional teve desempenho decisivo nos debates historiográficos e na difusão, ainda que de forma indireta, através dos livros didáticos.

Muitos dos membros do IHGB foram também professores, principalmente do Pedro II: afinal, ser professor de uma instituição tão sólida e renomada era sinônimo de competência intelectual, não apenas nos anos imediatamente posteriores à sua fundação, mas durante todo o período estudado. Muitas vezes, o trabalho junto ao magistério serviu como ponte para a confecção de obras didáticas, que engrossavam substancialmente as rendas minguadas do autor. De fato, muitos dos professores de história do colégio eram nomes de projeção no país em vários meios: Justiniano José da Rocha, Gonçalves Dias,

REPRESENTAÇÕES SOBRE O ENSINO DE HISTÓRIA NA REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO GEOGRÁFICO BRASILEIRO

DÉRCIO CARDOSO REIS

Francisco Inácio Marcondes Homem de Mello, futuramente barão, Joaquim Manoel de Macedo, José Maria da Silva Paranhos – o barão do Rio Branco –, Escragnole Doria, Capistrano de Abreu, Matoso Maia e João Ribeiro^{IX}.

As autoras Cristiane Bereta da Silva e Ernesta Zamboni no texto *Cultura políticas e políticas de ensino de história em Santa Catarina no início do Século XX*, afirmam que guardadas as devidas particularidades o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC) e a produção de uma narrativa histórica sobre o Estado de Santa Catarina e o seu ensino, replicou o que era mantido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Ou seja, a história produzida pelo IHGB passava às salas de aula por meio de livros didáticos muitas vezes escritos pelos próprios membros do Instituto que, por sua vez, também exerciam o papel de professores da disciplina (Fonseca, 2006, p.46). Isso não significa, contudo, acreditar que o IHGB produzia os saberes históricos e os vertia sobre a escola – que então os simplificava e os reproduzia –, reiterando certa lógica hierárquica da produção do conhecimento e seu ensino. Mas sim, que ao se interessar pela divulgação dessa produção, o IHGB contribuiu de forma importante para a construção da História como disciplina escolar^X.

O autor Luís César Castrillon Mendes na sua tese de doutorado *“Logo que o seu cofre proporcione esta despesa”: a construção narrativa didática nacional nos manuais de história do Brasil adotados no colégio Pedro II (1838-1898)*. Tem por objetivo analisar o processo de construção de uma narrativa didática para a nação imperial, a partir dos manuais de História do Brasil utilizados no Pedro II, entre os anos de 1838 e 1898. Para MENDES devido aos professores que iriam atuar no Colégio Pedro II saírem do quadro social do IHGB, acabou possibilitando uma articulação na coleta e sistematização de informações do Brasil pelo IHGB e a divulgação através dos materiais didáticos trabalhados pelos professores no Pedro II. *“A construção da memória nacional teria como base as duas instituições: uma destinada à coleta e seleção de material e a outra à publicização, por meio do ensino público de História”^{XI}*.

Vemos, portanto, que entre os especialistas do ensino de História predomina a ideia de que o IHGB foi mesmo o grande lugar de produção das representações sobre o ensino de História no Brasil do século XIX. Isso nos obrigou a buscar nas páginas da própria revista os elementos para a análise e a resposta à nossa questão inicial, algo pouco abordado nos trabalhos comentados até aqui.

Representações do ensino de História na Revista do IHGB

O presente texto relata os resultados das primeiras tarefas exploratórias da nossa pesquisa de mestrado, intitulada, provisoriamente *Representações sobre o ensino de História entre os Historiadores brasileiros do século XIX (1839-1889)*. Seu objetivo é responder a seguinte questão: Que tipo de orientação o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB) imprimiu sobre o ensino de história por meio de sua Revista no período de 1839 ano de sua criação até 1889 com o término do Império Brasileiro e o advento da República?

REPRESENTAÇÕES SOBRE O ENSINO DE HISTÓRIA NA REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO GEOGRÁFICO BRASILEIRO

DÉRCIO CARDOSO REIS

Para execução da tarefa empregamos uma ficha constituída pelos seguintes indicadores: número de tomo, título, transcrição, interpretação, indicador, página, ano, autor-titulação, autor e observação. Ao todo, analisamos 52 tomos da *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro* (RIHGB). Esse trabalho obteve um total de 282 fichas sobre ensino (registros), armazenados em banco de dados Access, entre os meses de janeiro, fevereiro e março. As fichas foram classificadas após nossa interpretação em indicadores como: ensino secundário, ensino de primeiras letras, carreira profissional, o que nos possibilitou concluir, inicialmente, que fica evidente o interesse do IHGB pelo ensino catequético ministrado pelos jesuítas. Portanto, nessa primeira análise, considerando a Revista como fonte, o IHGB não pautou o ensino de história como alguns historiadores afirmam. O interesse em temáticas indígenas pode ser justificado pelos objetivos gerais e estatutários do IHGB: organizar os documentos referentes a história, principalmente a da pátria e geografia do Brasil e a gênese da população de sua população, por isso, a presença marcante de textos sobre os indígenas.

Esses textos informam como o ensino foi estratégia utilizada pela corte portuguesa para dominar as populações indígenas. O texto do desembargador Rodrigo de Souza da Silva Pontes, por exemplo, registra a importância do ensino de artes para conversação e civilização dos indígenas como demonstrado na seguinte transcrição “*Que em consequencia do methodo seguido pelos missionarios da Companhia na conversão e civilização das nações barbaras, é mui provavel que lancassem mão do ensino das artes, cujos segredos possuiam, para converter e civilisar os barbaros americanos.*”^{XII} Um bom exemplo dessa prática, já bastante conhecida, inclusive nos livros didáticos atuais, foi iniciativa do padre José de Anchieta com o uso do teatro para a educação e fixação dos princípios cristãos.

Outro ponto utilizado pela Companhia de Jesus era que a educação era dividida em duas uma para crianças e outra para os adultos demonstrado no texto do Conego Januario da Cunha Barboza “*A sua educação divide-se em duas partes bem distintas, a dos adultos e das crianças. A aquelles, como mais fortemente habituados á vida errante e selvagens, se devem proporcionar idéas e trabalhos, que os vão tirando de seus erros, e de suas correrias*”^{XIII}. Essa divisão ocorreria porque as crianças são mais fáceis de serem persuadidas e também podiam controlar seus pais com relação aos antigos rituais religiosos. Ou seja, a criança exercia também, de uma certa forma o papel de professor. Outro texto que também exemplifica essa divisão é do José Bonifacio de Andrade e Silva^{XIV}, onde ele afirma que nas aldeações indígenas, os missionários não forçarão os velhos e adultos que deixem de imediato seus costumes, porque é mais trabalhoso e em alguns casos inúteis, por isso, eles devem ganhar a mocidade instruindo-a na moral de Jesus Cristo, na língua portuguesa, em ler, escrever e contar. Quando se tornarem adultos, passaram os ensinamentos da moral cristã com uma maior clareza.

Um passo importante para uma melhor catequização era necessário que o padre jesuíta aprendesse a língua dos nativos, com isso, possibilitou um maior entendimento e facilitou a “domesticação” dos padres sobre os indígenas exemplificado no texto do Dr. Antonio Henrique Leal, *O padre que ensinou latim, no Brasil ao mesmo tempo que aprendia a lingua geral dentro em seis mezes sahiu mestre tão destro, que era o melhor interprete do padre provincial Nobrega, e verteu na mesma lingua o cathecismo e compôz uma grammatica da lingua brasilica em geral*”^{XV}.

Em grande parte do território brasileiro o único ensino que existia era o exercido pelos padres jesuítas, além da catequização dos índios, eles também foram responsáveis pela educação dos filhos dos colonos, uma vez, que a coroa portuguesa

REPRESENTAÇÕES SOBRE O ENSINO DE HISTÓRIA NA REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO GEOGRÁFICO BRASILEIRO

DÉRCIO CARDOSO REIS

não estava preocupada com a educação de seus colonos. No texto do Conego Dr. J. C. Fernandes Pinheiro, onde ele reconhece a importância dos jesuítas na educação da colônia.

Seríamos ingratos, si não reconhecessemos os importantes serviços que estes regulares prestaram á nossa terra, no numero dos quaes occupa distinto lugar o ensino desvellado, que davam a nossa juventude. As aulas dos jezuitas eram as unicas que então existiam no abandono completo em que deixavamos vegetar a metropole; (...) aqui no Rio de Janeiro ensinavam gratuitamente gramatica latina, filozofia, theologia dogmatica e moral, alem das mathematicas elementares, de que erma summamente apaixonados, (...) na Bahia possuiam as mesmas aulas, com adiantamento de rethorica, e nas outras partes do Brazil, onde existiam collegios ou ainda simples hospicios, era o ensino de primeira letras e o da gramatica latina franqueado sem o menor onus para os paes de familia.^{XVI}

O ensino da catequese no Brasil deve muito a figura do padre José de Anchieta e sua construção do colégio de São Paulo. O ensino no colégio de São Paulo implantado pelo mesmo ensinava aos jovens catecúmenos, e os filhos dos colonos. O Conego Dr. J. C. Fernandes Pinheiro, na Revista do Instituto Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro^{XVII}. Afirma que o Colégio de Piratininga, depois chamado de São Paulo foi o grande teatro onde começou o zelo verdadeiro apostólico de Anchieta encarregado do ensino dos catecúmenos, onde desempenhou admirável função, cujo onde interesse para ele era o de ganhar almas para o céu. No colégio os catecúmenos e os filhos dos colonos aprendiam os rudimentos das línguas portuguesa, espanhola, latina e brasílica (também chamada de língua geral, era fundamental para o trato com os indígenas. Pinheiro lamenta que com a expulsão dos jesuítas a língua brasílica ficou em completo abandono.

Havia aldeamentos onde o governo português investia na educação como o de N.S. dos Anjos onde se encontrava um mestre de escola, outro de gramática, e outro de solfa. O autor Sebastião Francisco Bettarmio em seu texto queixa-se da utilidade e despesas com essa educação para esse grupo de indígena, uma vez, que para ele os índios são seres inferiores e comparados a animais e até inferiores aos mesmos.

Ha na aldeia, para instrucção dos rapazes indios, um mestre de escola, outro de grammatica, outro de solfa, e um recolhimento para nelle se ensinarem as raparigas a coser, etc (...) havendo na aldeia (v.g.) duzentos rapazes, que se poderão applicar, apenas se contarão alguns que saibão os primeiros principios, e que escrevão, ou contem mal, o que não é utilidade correspondente ao cuidado, e despesa que se faz com o seu ensino, alem do trabalho que têm os mestres em educar, ou ensinar uns homens que, em geral, parece a omnipotencia divinaquiz que fossem muito inferiores aos talentos de todos os outros homens, e pouco mais superiores ao instincto dos animaes^{XVIII}.

Outro ponto importante na disseminação na catequização dos índios foi a criação de colégios para ensinar os missionários a língua dos indígenas e onde os mesmos deviam também saber como portassem-se em sua missão, baseados nos princípios da religião cristã e na moral. O Conego Jannuario da Cunha Barboza comenta que é necessário a criação de vários colégios, onde não se ensinem não só a língua dos

REPRESENTAÇÕES SOBRE O ENSINO DE HISTÓRIA NA REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO GEOGRÁFICO BRASILEIRO

DÉRCIO CARDOSO REIS

indígenas, como principalmente a formação do caráter do missionário. Esse ensino devia ser baseado em princípios da religião e acompanhado da moral.

Havia também uma diferenciação entre o ensino ministrado para os índios e as índias publicado no texto que no momento não encontrei o autor^{XIX}, onde as índias eram instruídas para as coisas do lar. Para a educação das índias, se devia escolher uma mulher branca que as ensinasse, não só a doutrina cristã e os bons costumes, mas também a coser e os afazeres do lar, sendo o autor só assim elas se livrariam da preguiça herdada de suas mães. Já para educação dos índios, eles deviam frequentar o seminário onde deviam também viver, e frequentar a sala da direção para serem instruídos, o diretor deveria ter um confidente, um homem hábil para suprir suas faltas, enquanto o mesmo estivesse ocupado da comissão da câmara.

Conclusões

Ao encerrar esse relato, concluímos que a literatura especializada que relaciona Ensino de História a IHGB dá como resolvida a questão ao afirmar que: o IHGB era o local responsável pela difusão da escrita da história oficial do Brasil; o IHGB proporcionou as bases para o ensino de história no país, uma vez, que grande parte dos professores do Pedro II que também eram autores de livros didáticos proviam do IHGB.

Buscando evidência dessas teses, principalmente a segunda, percebemos que a Revista do IHGB não fornece elementos convincentes que nos levem a corroborar com a segunda tese. Examinando todos os artigos da Revista, no período de 1839 a 1889, constatamos que a grande preocupação dos membros e convidados que contribuíram com a Revista foi o trabalho de catequese. Assim, considerada essa fonte, concluímos que o IHGB não tinha entre suas preocupações basilares pautar o ensino de história, apesar que em seu estatuto constar o objetivo de promover o ensino de história e geografia por meio do ensino público. No período abordado na grande maioria de seus textos, considerando o conteúdo da Revista o IHGB estava preocupado com a escrita da história da pátria brasileira, não necessariamente destinada ao uso público escolar. Essa contradição entre o discurso e a prática pode ser compreendida pelo fato de a Independência do Brasil ter ocorrido pouco antes da inauguração do Instituto.

Tais constatações nos levam, agora, a buscar em outras fontes, as representações que os historiadores construíram sobre o ensino de História, no século XIX. A fonte escolhida foram os prefácios dos livros didáticos de História que circularam durante o século XX, devido só temos encontrado poucos prefácios referentes ao século XIX.

Fontes

BARBOZA, Jannuario da Cunha. **Revista do Instituto Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro. t.2. p.16, 1840.

BARBOZA, Jannuario da Cunha. **Revista do Instituto Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro. t.2. p. 15-16, 1840.

REPRESENTAÇÕES SOBRE O ENSINO DE HISTÓRIA NA REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO GEOGRÁFICO BRASILEIRO

DÉRCIO CARDOSO REIS

- BETTARMIO, Sebastião Francisco. **Revista do Instituto Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro. t.21. p.222-223, 1858.
- LEAL, Antonio Henrique. **Revista do Instituto Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro. t.34, parte 2. p.96, 1871.
- PINHEIRO, J.C. Fernandes. **Revista do Instituto Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro. t.18. p.158, 1855.
- PINHEIRO, J.C. Fernandes. **Revista do Instituto Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro. t.18. p.130, 1855.
- PONTES, Rodrigo de Souza da. **Revista do Instituto Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro. t.4. p.79, 1842.
- REIS, Aaron Sena Cerqueira. **Ensino de história no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: as ideias de Agostinho Marques Perdigão Malheiro Filho (1850) e Américo Brasiliense de Almeida e Mello (1876)**. Dissertação. Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão: 2013.
- Revista do Instituto Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro. t.19. p. 77, 1856. Sem Autoria.
- SILVA, José Bonifácio de Andrade e. **Revista do Instituto Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro. t.12. p.236, 1849.

Notas

^I Texto apresentado a disciplina Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe (PPGED/UFS) ministrada pelos professores doutores: Fábio Alves dos Santos e Eva Maria Siqueira Alves. Orientado pelo professor doutor: Itamar Freitas.

^{II} Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED/UFS). Bolsista Capes. Graduado em História pela Universidade Federal de Sergipe e graduando em Museologia pela mesma instituição. Membro do Grupo de Estudo do Tempo Presente (GET/UFS/CNPq). E-mail: dercio@getempo.org.

^{III} Entendemos representações como um apresentar de novo, utilizando como ideia central a substituição, que tem por finalidade recolocar uma ausência e torná-la sensível a uma presença. A representação é um conceito ambíguo, pois, ela não pode ser uma cópia fiel do real, uma imagem perfeita, mas sim, uma construção feita a partir desse reflexo. O seu processo envolve percepção, identificação, reconhecimento, classificação, legitimação e exclusão. PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004

^{IV} Esses foram os termos indicadores que, associados às palavras “história”, “memória”, “passado, nos possibilitaram a qualificação da matéria como “ensino de história”.

^V GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. O periódico de uma Sociéte savanté: a Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (1839-1889). **ArtCultura**, Uberlândia, v. 14, n. 25, p. 37-49, jul. Dez. 2012. P.41.

^{VI} GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. O periódico de uma Sociéte savanté: a Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (1839-1889). **ArtCultura**, Uberlândia, v. 14, n. 25, p. 37-49, jul. Dez. 2012. P.41.

^{VII} RIBEIRO, Renilson Rosa; RIBEIRO JÚNIOR, Halferd; VALÉRIO, Mairon Escorsi. O "legado" da aprendizagem histórica: refazendo percursos de leituras. **Antíteses** v. 9, n. 18, p. 196-221, jul./dez. 2016. P.2.

REPRESENTAÇÕES SOBRE O ENSINO DE HISTÓRIA NA REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO GEOGRÁFICO BRASILEIRO

DÉRCIO CARDOSO REIS

^{VIII} CALLARI, Cláudia Regina. Os Institutos Históricos: do patronato de D. Pedro II à construção do Tiradentes. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 21, nº 40, p. 59-83. 2001. P.41

^{IX} CALLARI, Cláudia Regina. Os Institutos Históricos: do patronato de D. Pedro II à construção do Tiradentes. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 21, nº 40, p. 59-83. 2001.. P.68.

^X SILVA, Cristiane Bereta; ZAMBONI, Ernesta. Cultura políticas e políticas de ensino de história em Santa Catarina no início do Século XX. **Revista Brasileira de História**, vol. 33, no 65, jul. 2013. P.140

^{XI} MENDES, Luís César Castrillon. **“Logo que o seu cofre proporcione esta despesa”: a construção narrativa didática nacional nos manuais de história do Brasil adotados no colégio Pedro II (1838-1898)**. Tese. Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá: 2016. P.54.

^{XII} PONTES, Rodrigo de Souza da. **Revista do Instituto Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro. t.4. p.79, 1842.

^{XIII} BARBOZA, Jannuario da Cunha. **Revista do Instituto Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro. t.2. p.16, 1840.

^{XIV} SILVA, José Bonifácio de Andrade e. **Revista do Instituto Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro. t.12. p.236, 1849.

^{XV} LEAL, Antonio Henrique. **Revista do Instituto Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro. t.34, parte 2. p.96, 1871.

^{XVI} PINHEIRO, J.C. Fernandes. **Revista do Instituto Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro. t.18. p.158, 1855.

^{XVII} PINHEIRO, J.C. Fernandes. **Revista do Instituto Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro. t.18. p.130, 1855.

^{XVIII} BETTARMIO, Sebastião Francisco. **Revista do Instituto Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro. t.21. p.222-223, 1858.

^{XIX} **Revista do Instituto Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro. t.19. p. 77, 1856. Sem Autoria.

Referências

CALLARI, Cláudia Regina. Os Institutos Históricos: do patronato de D. Pedro II à construção do Tiradentes. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 21, nº 40, p. 59-83. 2001

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. O periódico de uma Sociéte savanté: a Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (1839-1889). **ArtCultura**, Uberlândia, v. 14, n. 25, p. 37-49, jul. Dez. 2012.

MENDES, Luís César Castrillon. **“Logo que o seu cofre proporcione esta despesa”: a construção narrativa didática nacional nos manuais de história do Brasil adotados no colégio Pedro II (1838-1898)**. Tese. Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá: 2016.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004

**REPRESENTAÇÕES SOBRE O ENSINO DE HISTÓRIA NA REVISTA DO
INSTITUTO HISTÓRICO GEOGRÁFICO BRASILEIRO**

DÉRCIO CARDOSO REIS

REIS, Aaron Sena Cerqueira. **Ensino de história no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: as ideias de Agostinho Marques Perdigão Malheiro Filho (1850) e Américo Brasiliense de Almeida e Mello (1876)**. Dissertação. Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão: 2013.

RIBEIRO, Renilson Rosa; RIBEIRO JÚNIOR, Halferd; VALÉRIO, Mairon Escorsi. O "legado" da aprendizagem histórica: refazendo percursos de leituras. **Antíteses** v. 9, n. 18, p. 196-221, jul./dez. 2016.

SILVA, Cristiane Bereta; ZAMBONI, Ernesta. Cultura políticas e políticas de ensino de história em Santa Catarina no início do Século XX. **Revista Brasileira de História**, vol. 33, no 65, jul. 2013.